

Mamadu Seidi

PARA ALÉM DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

**Por uma Jurisdição Penal
Internacional Mista em África**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Mamadu Seidi

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S458p

Seide, Mamadu

Para além do tribunal penal internacional : por uma jurisdição penal
internacional mista em África / Mamadu Seidi. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2021.

200 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 169-175.

ISBN 978-65-5510-563-6

1. Tribunal Penal Internacional (TPI). 2. Jurisdição penal internacio-
nal mista. 3. Jurisdição penal. 4. África. I. Título.

CDD 345.01

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XIX
Apresentação	1
Introdução	11
1. O Longo caminho até o Tribunal Penal Internacional	15
1.1 A importância da existência de um tribunal penal no âmbito internacional	15
1.2 As primeiras iniciativas de criação de um Tribunal Penal Internacional ...	23
1.3 Tribunal Penal de Nuremberg e de Tóquio	26
1.4 Os Tribunais Penais para a ex-Iugoslávia e Ruanda	28
1.5 Tribunal Penal Internacional Permanente e independente	30
1.5.1 A luta pela aprovação do Estatuto de Roma	31
1.5.2 Estrutura e composição do Tribunal Penal Internacional	35
1.5.3 A Jurisdição do Tribunal Penal Internacional	36
2. Tribunal Penal Internacional em África: Do Apoio Inicial à Resistência Atual	41
2.1 Os casos africanos submetidos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional	46
2.1.1 A situação da República Democrática do Congo	47
2.1.2 A situação da Uganda	49
2.1.3 A situação da República Centro-Africana	50
2.1.4 A situação do Sudão	52
2.1.5 A situação do Quênia	55
2.1.6 A situação da Líbia	56
2.1.7 A situação da Costa de Marfim	57
2.1.8 A situação do Mali	58
2.2 A queda do Tribunal Penal Internacional em África	59

2.3 As razões da resistência dos Estados africanos ao tribunal	63
2.3.1 Defesa absoluta da soberania e do princípio de não ingerência nos assuntos internos	65
2.3.2 Ausência do protagonismo africano na edificação do tribunal	68
2.3.3 A influência dos Estados centrais sobre o Estatuto do tribunal.....	71
2.3.4 A tendência do tribunal em processar e julgar cidadãos africanos	78
2.4 Críticas ao uso político Tribunal Penal Internacional por alguns Estados africanos	90
3. Os Tribunais Penais Internacionais de Quarta Geração como alternativas ao Tribunal Penal Internacional em África	97
3.1 Conceito, características e classificação dos Tribunais Penais Internacionais de Quarta Geração	98
3.2 Os Tribunais Penais Internacionais de Quarta Geração existentes.....	100
3.2.1 Painéis Especiais para Crimes Graves no Timor Leste.....	102
3.2.2 Corte Especial para Serra Leoa.....	104
3.2.3 Câmaras Extraordinárias nas Cortes do Camboja	106
3.2.4 Câmara de Crimes de Guerra da Bósnia-Herzegovina	108
3.2.5 Programa de Juízes e Promotores Internacionais no Kosovo	109
3.2.6 Tribunal Especial para o Líbano.....	111
3.3 Os fundamentos da legitimidade dos Tribunais Penais Internacionais de Quarta Geração	112
3.3.1 Fortalecimento do sistema de justiça penal internacional	113
3.3.2 Efetivação do princípio da complementaridade positiva	117
3.3.3 Alternativas a morosidade e fomento a acesso à justiça	119
3.3.4 Aproximação da justiça ao povo, à cultura e às línguas do local da prática dos crimes	122
3.3.5 Maior protagonismo da comunidade na realização da justiça.....	125

4. Tribunal Especial Senegalês como Protótipo Africano da Jurisdição Penal Internacional	127
4.1 Atuação do Tribunal Especial Senegalês no Chade: o caso Hissenè Habré	127
4.1.1 Contextualização histórico-política do Chade e do regime de Hissenè Habré	128
4.1.2 Os primeiros esforços para responsabilizar Hissenè Habré.....	130
4.1.2.1 O litígio entre a Bélgica e o Senegal na Corte Internacional de Justiça: <i>aut dedere aut judicare</i> (obrigação de extraditar ou julgar)	132
4.1.2.1.1 As razões apresentadas pelas partes à Corte Internacional de Justiça.....	134
4.1.2.1.2 A decisão da Corte Internacional de Justiça	136
4.2 A decisão das autoridades senegalesas de criar o tribunal para julgar Hissenè Habré	139
4.2.1 O processo de Hissenè Habré no Tribunal Especial Senegalês	143
4.2.1.1 Da audiência de instrução e de julgamento	144
4.2.1.2 Da sentença.....	147
4.2.1.2.1 Do relatório.....	147
4.2.1.2.2 A fundamentação do tribunal sobre os crimes ocorridos no regime Habré.....	149
4.2.1.2.3 A fundamentação do tribunal sobre a responsabilidade de Hissenè Habré	151
4.2.1.2.4 Do dispositivo	154
4.2.1.2.5 A confirmação da sentença pelo tribunal da segunda instância.....	155
4.3 As repercussões da condenação de Hissenè Habré	157
4.4 Reflexões críticas sobre o julgamento de Hissenè Habré	160
5. Considerações Finais	165
Referências.....	169